

## MOBILIDADES NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E DESLOCAMENTOS PENDULARES

Paulo Roberto Delgado<sup>1</sup>  
Marley Vanice Deschamps<sup>2</sup>  
Rosa Moura<sup>3</sup>  
Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra<sup>4</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Na última década, segundo dados do Censo Demográfico 2010, houve um forte incremento no número de pessoas que, cotidianamente, se deslocam para trabalhar em município diferente do de residência. Segundo o censo, em 2010, 12,8% da população brasileira de 10 anos ou mais de idade que se encontrava ocupada trabalhava fora do município de residência. Moura, Delgado e Costa (2013) mostram que mais da metade dos municípios brasileiros registraram, em 2010, fluxos deste tipo de deslocamento, envolvendo mil ou mais pessoas em movimentos de entrada e saída nos municípios. Apesar dessa difusão pelo território, esse é um processo que está fundamentalmente associado à expansão das aglomerações urbanas no país, particularmente as de natureza metropolitana, e à possibilidade ampliada do transporte público e particular. Neste sentido, destaca o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015, p. 15) que a expansão ocorrida no interior das aglomerações urbanas responde a duas lógicas diferentes: “à da localização dos empregos nos núcleos das aglomerações e à da localização das moradias, ampliando as áreas periféricas que abrigam um número cada vez maior de trabalhadores”.

O aumento desse tipo de deslocamento adquiriu importância em um contexto em que outros tipos de mobilidade populacional no território nacional, envolvendo mudanças de residência, passam por profundas transformações. Referindo-se a tais processos, iniciados nos anos 1980/1990, Magalhães, Cintra e Angelis (2014) destacam que nas últimas décadas cresceram em importância os fluxos migratórios de mais curta distância (intra-regionais e intra-estaduais), bem como se intensificou a mobilidade, uma vez que se registra o aumento das etapas migratórias nas

---

1. Sociólogo e doutor em desenvolvimento e meio ambiente pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). *E-mail*: <pr.delgado63@gmail.com>.

2. Economista pela UFPR e doutora em desenvolvimento e meio ambiente pela UFPR. Pesquisadora do Observatório das Metrópoles e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – pós-doutorado sênior – PDS (UFPR). *E-mail*: <mvdeschamps@hotmail.com>.

3. Geógrafa pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em geografia pela UFPR. Bolsista do Ipea no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT/CNPq). *E-mail*: <rmoura.pr@gmail.com>.

4. Engenheiro agrônomo e doutor em sociologia pela UFPR. Pesquisador do Ipardes. *E-mail*: <anael@onda.com.br>.

trajetórias pessoais no território brasileiro. De acordo com Tavares e Rodrigues (2011, p. 1), há uma fragmentação dos fluxos e lógicas socioeconômicas distintas operando sobre a mobilidade, a qual se tornou essencialmente urbana.

Embora alguns autores (Moura, Branco e Firkowski, 2005; Carvalho e Rigotti, 1998) destaquem a necessidade de diferenciação desses dois tipos de mobilidade populacional – migração e pendularidade –, dada a natureza intrínseca dos movimentos, é inegável a necessidade de buscar relacioná-los, particularmente quanto ao processo de expansão física das aglomerações urbanas, como destacam outros autores (Cunha, 2012).

Este capítulo, além de considerar a produção teórica que vem tratando dessas duas modalidades de deslocamento populacional, particularmente no sentido de abarcar os fatores que estão associados às mudanças por que esses processos vêm passando no território brasileiro, pretende dimensionar e caracterizar como os processos migratórios e pendulares vêm marcando a expansão urbana nas principais regiões metropolitanas (RMs) e qual a relação existente entre ambos.

Para dar suporte a essa temática, algumas questões em particular deverão nortear a análise:

- Qual o peso dos segmentos populacionais – migrantes e não migrantes – nos movimentos pendulares de cada RM?
- Qual a taxa de pendularidade desses diversos segmentos populacionais?
- Entre os imigrantes, há diferenciação na sua participação nos fluxos pendulares ao se considerar sua origem intrametropolitana e de outras regiões/Unidades da Federação (UFs)?
- Essa participação se mostra diferenciada quando se considera uma tipologia dos fluxos pendulares (polo/periferia, periferia/polo, periferia/periferia)?

Outras perguntas mais gerais também instigam avançar na reflexão:

- Migrantes intrametropolitanos buscam áreas mais distantes, provavelmente de menor custo e com melhor qualidade da moradia, nas áreas de expansão metropolitana, mantendo os vínculos de trabalho e estudo (e também consumo) com os polos, portanto, submetendo-se à pendularidade cotidiana?
- Ou simplesmente novos migrantes não metropolitanos obrigam-se, pelas limitações do custo da moradia, a residir em municípios das periferias e a enfrentar as mazelas dos deslocamentos para trabalho e estudo nos polos?
- Ou ainda, os não migrantes são majoritários nesse tipo de mobilidade, optando pela comutação em vez da migração intra-aglomerado, mantendo dissociados o lugar de moradia e o lugar de trabalho ou estudo?

O material empírico considerado foi obtido dos microdados dos censos demográficos de 2000 e 2010 e o recorte espacial adotado na pesquisa corresponde às regiões institucionalizadas polarizadas pelas doze metrópoles, conforme classificação do estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic) 2007 (IBGE, 2008): Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

A população de referência é aquela que estava ocupada no mercado de trabalho das regiões metropolitanas, uma vez que o objeto de estudo é a relação entre migração e mobilidade pendular para fins de trabalho. Embora se considerem as variações ocorridas entre os anos de 2000 e 2010 no contingente desses grupos populacionais (migrantes e pendulares), as relações estabelecidas entre eles terão por base os dados do último censo demográfico.

Em relação aos migrantes, cabe destacar que se optou por trabalhar com a população que, na data do censo, morava há menos de dez anos no município de residência. Esta opção decorre do reconhecimento de que o tipo de quesito que se utiliza para a análise – última etapa ou data fixa – depende do objeto a ser analisado. Rigotti (2008, p. 6), por exemplo, destaca que, para algumas abordagens, como as que tratam da força de trabalho, “os quesitos duração de residência e lugar de última residência são fundamentais”, quesitos estes que se relacionam à migração de última etapa.

## **2 A QUESTÃO MIGRATÓRIA E O INCREMENTO DA MOBILIDADE PENDULAR NO BRASIL**

A segunda metade do século XX e a primeira década do atual podem ser enquadradas em um longo processo de redistribuição da população pelo território brasileiro, o qual foi caracterizado pela configuração de algumas trajetórias dominantes em termos dos principais fluxos populacionais (Brito, Rigotti e Campos, 2012), recorrentes nas diversas décadas. A região Nordeste e, em menor medida, o estado de Minas Gerais podem ser considerados como os principais reservatórios de mão de obra no país, e a região Sudeste e as sucessivas áreas de fronteira agrícola – norte do Paraná e regiões Centro-Oeste e Norte –, os principais destinos de seus fluxos populacionais.

Em sua primeira grande fase, que se estendeu do pós-guerra aos anos 1970, esse processo foi marcado por forte concentração populacional, pois dos seus dois eixos estruturantes – industrialização e fronteira agrícola –, o primeiro foi o que predominou em termos do contingente populacional mobilizado. Assim, segundo Baeninger (2012), este período foi marcado pela elevada concentração dos fluxos em direção à região Sudeste, pela crescente transferência das populações das áreas rurais para as urbanas e por sua concentração nas principais áreas metropolitanas do país.

Essa configuração migratória, porém, passa, principalmente a partir dos anos 1980, por algumas mudanças que implicaram certa desconcentração populacional no território nacional. Se aquela década e a seguinte foram marcadas pelo longo processo de ajuste e reestruturação econômica do país, que afetou a capacidade de atração do mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas – fundamentalmente as de São Paulo e a do Rio de Janeiro –, nelas se consolidaram, também, os resultados territoriais do processo de desconcentração relativa da atividade econômica, particularmente da indústria, iniciado ainda nos anos 1970.

Referindo-se ao primeiro desses fatores econômicos, Rigotti (2014) destaca que os efeitos da crise econômica resultaram na perda relativa de capacidade de atração populacional das principais metrópoles brasileiras, embora a principal delas – a RM de São Paulo – não tenha, em nenhuma das décadas seguintes, perdido a condição de principal área de redistribuição populacional do país (Baeninger e Peres, 2011).

Por outro lado, Baeninger (2012) sustenta que o processo de desconcentração produtiva propiciou não apenas a retenção de população em outras regiões do país, mas também a emergência de importantes fluxos migratórios em direção a essas áreas. Operando sua análise na escala interestadual, a autora destaca que os dados do censo demográfico evidenciaram que os anos 1980 entraram na história migratória como o período em que um maior número de UFs registrou saldos positivos em suas trocas populacionais.

Há que se acrescentar que a redistribuição populacional observada no país resultou também de fatores propriamente demográficos, que operaram concomitantemente às mudanças socioeconômicas. Segundo Rigotti (2014), a diminuição da fecundidade e, por decorrência, do crescimento natural, afetou a dinâmica demográfica das várias regiões do país, com seus impactos fazendo-se sentir inicialmente nas áreas mais dinâmicas economicamente; além disso, como consequência dessa redução do peso da fecundidade no crescimento populacional, as trocas migratórias, em suas várias escalas, tornaram-se, durante o último quarto do século XX, um fator fundamental para explicar a redistribuição populacional no país.

Não se trata aqui de detalhar as variações ocorridas nos diversos fluxos regionais nas últimas décadas, processo bem retratado pelos autores anteriormente mencionados. Importa sim chamar atenção para as mudanças que marcaram a nova configuração do padrão migratório no país. Sintetizando essas mudanças, Brito, Rigotti e Campos (2012, p. 21) afirmam o seguinte:

Os dados da série histórica incorporando a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI revelam este aparente paradoxo: mudança no padrão migratório e a manutenção das principais trajetórias migratórias. De fato, as trajetórias se mantêm, mas quase todas apresentam a novidade: além do fluxo, um expressivo contrafluxo. Os números de imigrantes e o de emigrantes, salvo raras exceções, tendem a se aproximar.

Trata-se de uma mudança fundamental no padrão migratório que prevalece até os anos setenta, pois deixam de existir os estados ou regiões que sejam, principalmente, origem ou destino dos grandes fluxos migratórios.

Segundo esses autores, as desigualdades regionais que sempre operaram na determinação dos movimentos populacionais continuam presentes, mas o padrão de mobilidade se tornou mais complexo. Movimentos de retorno às regiões de origem se fizeram mais importantes nas trocas populacionais, representando, desde os anos 1980, cerca de 20% do total de imigrantes interestaduais de data-fixa verificado nos três últimos censos demográficos (Brito, Rigotti e Campos, 2012).

Verifica-se, também, o incremento dos deslocamentos de curto prazo, entendidos como aqueles verificados em data imediatamente anterior à realização do censo demográfico, ou seja, realizados em período inferior a cinco anos. O peso deste tipo de migração quase triplicou nas três últimas décadas, atingindo 28,34% do total de imigrantes de última etapa com menos de cinco anos de residência<sup>5</sup> (Brito, Rigotti e Campos, 2012).

Os fluxos inter-regionais de longa distância tiveram sua importância reduzida no total dos deslocamentos, mas os principais aglomerados metropolitanos – São Paulo e Rio de Janeiro – e os polarizados por Goiânia e Brasília continuam canalizando expressivos volumes deste tipo de fluxo. Por outro lado, as trocas intrarregionais, refletindo dinâmicas socioeconômicas regionais, adquiriram maior peso no conjunto das trocas interestaduais, fenômeno observado nas regiões Nordeste e Sul do país.

As regiões metropolitanas<sup>6</sup> foram, durante todo o processo de urbanização do país, vetores fundamentais das migrações internas. Na realidade, como lembra Brito (2006), os processos de urbanização e de concentração espacial da população no Brasil, na segunda metade do século XX, foram simultâneos à formação das principais aglomerações metropolitanas no país, e, mesmo que se constate, ao longo do período, uma redução na participação relativa destas no total da população urbana brasileira, continuam a agregar parcela expressiva dessa população (cerca de 40% em 2000, considerando as doze unidades espaciais consideradas pelo autor).

Brito (2006) destaca ainda que a consolidação dos aglomerados metropolitanos esteve, nas décadas mais recentes, associada principalmente ao crescimento das suas

---

5. Note-se que os dados referentes aos dois tipos de migração foram calculados sobre populações diferentes: a migração de retorno, sobre os imigrantes interestaduais de data fixa, e a de curto prazo, sobre os migrantes de última etapa com menos de cinco anos de residência na UF.

6. Após o processo constituinte de 1988, houve uma proliferação de unidades espaciais institucionalizadas como regiões metropolitanas no Brasil. Mas os estudos sobre a rede urbana brasileira têm evidenciado que o fenômeno da metropolização é restrito basicamente às nove unidades definidas ainda nos anos 1970, acrescidas das aglomerações de Goiânia, Brasília e Manaus, classificadas como metrópoles pelo Regic 2007 (IBGE, 2008). Os estudos aqui consultados tendem a utilizar essa classificação quando se referem à metropolização, diferenciando as demais unidades institucionalizadas como aglomerados urbanos não metropolitanos.

periferias, as quais passaram a apresentar taxas de crescimento mais elevadas que os núcleos metropolitanos, passando a responder, também, na maioria das unidades, pela maior parcela do incremento populacional metropolitano. O autor elenca alguns fatores que explicam esse maior protagonismo das periferias, os quais merecem ser sublinhados por sua relevância para as questões abarcadas neste texto. Segundo ele,

três fatores explicam essa realidade: primeiro, a queda significativa nos níveis de fecundidade das mulheres, certamente maior nos núcleos do que nas periferias; segundo, mas certamente com maior importância, os fluxos migratórios intrametropolitanos, com saldos favoráveis às periferias; terceiro, os saldos migratórios de cada aglomerado, com o restante do país, têm sido mais favorável às periferias (Brito, 2006, p. 228).

Esses fatores, principalmente os dois últimos, estão relacionados à lógica da expansão urbana enquanto espaços de moradia, a qual não necessariamente coincide com a lógica de localização das atividades produtivas, dando origem à dissociação entre moradia e emprego.

Cunha *et al.* (2013) destacam que o descompasso entre as áreas de assentamento populacional e de localização das oportunidades de trabalho pode ser abordado de modo macro, considerando-se os processos de produção do espaço e de localização das atividades produtivas, bem como micro, com foco nas preferências individuais, possíveis para alguns segmentos populacionais, por amenidades associadas às escolhas residenciais.

Para algumas das principais aglomerações metropolitanas do país, particularmente a RM de São Paulo, a articulação entre migração e pendularidade se dá, também, em outra escala espacial, resultante das relações que se estabelecem entre diversos arranjos populacionais (Cunha *et al.*, 2013; IBGE, 2015).

Ainda em relação às mudanças que vêm marcando os processos migratórios, fazem-se necessárias algumas qualificações, pois algumas interpretações apressadas podem estar comprometendo uma adequada compreensão do processo. A começar pela redução da intensidade da migração interna, que tem levado a certo descaso quanto aos movimentos, mesmo com registros de que os fluxos seguem significativos e de que a mudança de seu perfil impõe novos desafios teóricos e na formulação de políticas públicas (Rodríguez, González e Martínez, 2012). Esses autores, na observação do fenômeno nos países latino-americanos, destacam que, também em relação à perda de atratividade e de participação das metrópoles no total da população, correntemente anunciadas, observa-se apenas uma redução dos índices de primazia de alguns países, porém as grandes cidades prosseguem ganhando pontos percentuais na participação de sua população no total da região, passando de 11% da população regional, em 1950, para 32% em 2010. Esse comportamento coloca em xeque hipóteses relativas à desconcentração populacional e salienta a revalorização do papel das grandes cidades no processo de desenvolvimento no contexto da

globalização, extensiva à sua atratividade. Mesmo com a redução nos volumes migratórios, essas cidades passam por processos de migração de curta distância e intra-aglomerado, que continuam induzindo a expansão da superfície de ocupação urbana em níveis superiores ao crescimento da população. Esses processos são responsáveis pelo crescimento periférico que caracteriza as cidades latino-americanas (Rodríguez, González e Martínez, 2012).

Dessa forma, percebe-se que tais mudanças não são uma peculiaridade brasileira, mas se reproduzem nos demais países latino-americanos. Os fluxos de longa distância perdem a preponderância relativa que se sobrepõe por fluxos de curta distância e internacionais, assim como pelos movimentos pendulares. É o que sintetiza estudo de Rodríguez Vignoli:

*En conclusión, el escenario actual sobre redistribución espacial de la población es diferente al del siglo pasado, cuando la región reconfiguró su patrón de asentamiento territorial poblacional dados los masivos desplazamientos migratorios internos. La urbanización, impulsada por la migración rural-urbana, fue uno de ellos; los otros, también de gran envergadura, fueron el éxodo de áreas de poblamiento histórico y rezago económico y social, las oleadas inmigratorias hacia regiones metropolitanas y los flujos hacia áreas de baja densidad demográfica. Los dos primeros persisten, si bien atenuados; el tercero ya no es generalizado debido a la pérdida de atractivo de algunas áreas metropolitanas; y el cuarto continúa, aunque de forma menos masiva, con intermitencias y sin el apoyo oficial del pasado (do original).<sup>7</sup>*

Entre os motivos que explicam a queda nos volumes de migração interna nos países latino-americanos, Rodríguez Vignoli (2013) aponta também o aumento da comutação diária ou por outros períodos registrada nos países analisados. O conceito de comutação, ou mobilidade pendular, refere-se a um tipo de deslocamento populacional que vem ganhando expressão no território nacional, predominantemente nas principais áreas metropolitanas, mas se estendendo, também, para aglomerações menores.<sup>8</sup>

No Brasil, também, a mobilidade pendular adquiriu importância em um contexto em que outros tipos de mobilidade populacional no território nacional passaram por profundas mudanças. Referindo-se a tais processos, iniciados nos

7. Em conclusão, o cenário atual sobre a redistribuição espacial da população é diferente ao do século passado, quando a região reconfigurou seu padrão de assentamento territorial populacional devido aos massivos movimentos migratórios internos. A urbanização, impulsionada pela migração rural-urbana, foi um desses; os outros, também de grande envergadura, foram o êxodo de áreas de povoamento histórico e retardo econômico e social, as ondas migratórias em direção a regiões metropolitanas e os fluxos a áreas de baixa densidade demográfica. Os dois primeiros persistem, se bem que atenuados; o terceiro já não se encontra generalizado dada a perda de atrativo de algumas áreas metropolitanas; e o quarto continua, ainda de forma menos massiva, com intermitências e sem o apoio oficial do passado. (Vignoli, 2013, p.89, tradução nossa).

8. Moura, Branco e Firkowski (2005) chamam a atenção para o fato dos deslocamentos pendulares serem denominados, na literatura, pelos termos migração ou mobilidade, defendendo este último por se tratar de um tipo de deslocamento que apresenta certa regularidade, geralmente diária, sem envolver mudança de residência para outro município, no que seguem Carvalho e Rigotti (1998) que excluem dos movimentos migratórios aqueles deslocamentos no território que não implicam o estabelecimento permanente de residência em outro local.

anos 1980/1990 e associados ao período de ajuste e reestruturação econômica, bem como à crescente internacionalização da economia brasileira, Magalhães, Cintra e Angelis (2014, p. 174) destacam que:

Nesse contexto, nas três últimas décadas, no âmbito interno, persistem enormes diferenciais entre os processos migratórios das distintas regiões do país, entre os estados e internamente a estes. Entretanto, cresce de importância a ocorrência de fluxos migratórios de mais curta distância, os movimentos intrarregionais e intraestaduais, o aumento das etapas migratórias, as reemigrações, entre as quais se incluem as migrações de retorno, os movimentos pendulares.

No país, o número de pessoas que se deslocam para outro município, para trabalhar e/ou estudar, teve, na última década, aumento superior a 100%, envolvendo, em 2010, 15,4 milhões de pessoas.

Moura, Delgado e Costa (2013) destacam a complexidade espacial desses movimentos, uma vez que a quase totalidade dos municípios registram entradas e saídas. Por meio do indicador de eficácia migratória, os autores desenvolveram uma tipologia em que destacam o papel predominante dos municípios no conjunto das trocas populacionais: evasores, bidirecionais e receptores. Quase 60% das saídas registradas têm origem em municípios evasores, mas mesmo os municípios identificados como receptores têm importante participação nas saídas, representando quase 20% do total; por outro lado, os evasores também recebem população, participando com 20% do total das entradas registradas no país. E há ainda um conjunto relevante de municípios em que as saídas e entradas de pessoas são equivalentes, daí sua classificação como bidirecionais.

A preocupação com o fenômeno da pendularidade insere-se em uma discussão internacional sobre as características das cidades neste início de século, com vários autores procurando qualificar esse processo de mudança socioespacial, cuja materialização se dá em formas urbanas cada vez mais estendidas no território.<sup>9</sup> Moura, Branco e Firkowski (2005) afirmam que essa lógica pode ser observada nas aglomerações brasileiras, mas chamam atenção para o fato de a periferização, neste país e em outros em desenvolvimento, estar associada, predominantemente, à segregação da pobreza e à precariedade da infraestrutura urbana.

Em que pese a mobilidade pendular ser um tipo de deslocamento populacional que se diferencia daqueles associados aos processos migratórios, Cunha *et al.* (2013) apontam uma importante hipótese de que a mobilidade pendular estaria, nas grandes aglomerações urbanas, relacionada ao incremento dos processos migratórios

9. Moura, Branco e Firkowski (2005, p. 122) citam alguns conceitos que vêm procurando dar conta dessas mudanças: cidades-regiões (Scott *et al.*, 2001), metápolis (Ascher, 1995) e exópolis (Soja, 2002) são alguns exemplos. Cunha *et al.* (2013) procuram caracterizar este fenômeno na macrometrópole paulista em uma escala espacial que envolve várias áreas metropolitanas paulistas.

intrametropolitanos, com as mudanças de município para acesso à moradia atuando na geração de novos fluxos pendulares, propondo, assim, o estudo conjunto desses dois fenômenos. Nessa linha, tem-se o estudo de Brito e Ramalho (2014) sobre o efeito da condição de migrante intermunicipal sobre a probabilidade de realização do movimento pendular por motivo de trabalho, realizado para a RM de Recife. Para esses autores,

os achados empíricos permitem inferir que trabalhadores com histórico recente de migração são mais propensos à mobilidade pendular na RMR. Após considerar a influência de um conjunto de fatores socioeconômicos, domiciliares e de localização, além de controlar a interdependência entre comportamento pendular e migração, o efeito médio de tratamento (ATE) sugere que a condição de migrante aumenta em 13,4 [pontos percentuais] p.p. a chance de o trabalhador típico efetuar a mobilidade pendular (Brito e Ramalho, 2014, p. 15).

### 3 DIMENSIONAMENTO DA MOBILIDADE POPULACIONAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS NO PERÍODO 2000-2010

De modo geral, as taxas de crescimento da população ocupada nas regiões analisadas, no período entre 2000 e 2010, são bastante elevadas, porém, na maioria das RMs, isto não se deve ao aumento da migração (tabela 1). O que deve ter influenciado, além do crescimento vegetativo, são alguns fatores demográficos e do mercado de trabalho: crescimento relativo maior da população em idade ativa (PIA) e da taxa de atividade, pela maior inserção no mercado de trabalho, particularmente das mulheres; e aumento ainda maior da ocupação, como resultado da acentuada queda da taxa de desemprego na década.

TABELA 1  
População ocupada, proporção de imigrantes e taxa anual de crescimento segundo regiões metropolitanas (2000/2010)

Região metropolitana	População ocupada						
	Total		Proporção de imigrantes (%)		Taxa de crescimento (%)		
	2000	2010	2000	2010	Total	Migrante	Não migrante
Manaus	541.361	862.220	19,1	13,9	4,76	1,48	5,35
Belém	692.333	950.843	22,5	14,5	3,22	-1,22	4,18
Fortaleza	1.084.365	1.585.827	18,7	12,2	3,87	-0,49	4,63
Recife	1.104.499	1.484.673	18,2	13,2	3,00	-0,27	3,55
Salvador	1.157.445	1.622.506	16,0	12,6	3,44	1,01	3,80
Belo Horizonte	1.768.767	2.433.251	23,7	15,8	3,24	-0,85	4,19
Rio de Janeiro	4.203.964	5.328.900	13,6	9,7	2,40	-0,97	2,80
São Paulo	7.204.014	9.479.401	20,0	13,5	2,78	-1,22	3,52
Curitiba	1.199.499	1.681.455	27,8	18,0	3,44	-0,99	4,70
Porto Alegre	1.606.359	2.030.124	20,7	16,1	2,37	-0,20	2,91
Goiânia	778.269	1.146.499	32,5	23,1	3,95	0,46	5,22
Ride DF	1.176.526	1.808.851	31,1	22,2	4,40	0,92	5,38
<b>Total</b>	<b>22.517.401</b>	<b>30.414.550</b>	<b>20,3</b>	<b>14,2</b>	<b>3,05</b>	<b>-0,54</b>	<b>3,73</b>

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Obs.: Considerou-se imigrante toda a população que morava há menos de dez anos no município de residência.

A participação dos imigrantes no total de ocupados sofreu forte redução na última década, passando, no conjunto das RMs, de 20,3%, em 2000, para 14,2% em 2010.<sup>10</sup> Porém, apenas em parte essa queda na participação dos imigrantes se explica pelo arrefecimento dos movimentos migratórios. De fato, o número de ocupados imigrantes teve ligeira redução (-0,54% ao ano – a.a.), com seu contingente variando de 4,6 milhões, em 2000, para 4,3 milhões no final da década. Contudo, a queda na participação refletiu principalmente a dinâmica do mercado de trabalho, mencionada anteriormente, que permitiu intensa incorporação de pessoas a este mercado, cujo contingente de ocupados, nas doze RMs, foi acrescido em quase 8 milhões de pessoas, fato relacionado ao incremento observado entre os não migrantes, grupo populacional que apresentou taxa de crescimento de 3,73% a.a.

Existem algumas diferenças regionais no peso dos imigrantes na população ocupada que se mantêm nos dois censos demográficos, as quais, além de refletirem as trajetórias migratórias dominantes no país destacadas na literatura, devem, também, relacionar-se com as fases diferentes do processo de metropolização em cada RM,<sup>11</sup> bem como a inserção dessas regiões no processo recente de expansão econômica do país. As RMs que apresentam maior participação de imigrantes, em 2000 e 2010, na composição da população ocupada são as de Goiânia (32,5% e 23,1%), Ride DF (31,1% e 22,2%) e Curitiba (27,8% e 17,9%), enquanto as menores participações são observadas no Rio de Janeiro e em Salvador.

Apesar das taxas negativas do crescimento dos ocupados imigrantes, eles têm uma participação relevante no total de ocupados. Em 2010, essa participação variou de 9,7%, na RM do Rio de Janeiro, a 23,1%, na RM de Goiânia. Verifica-se que há crescimento deste segmento populacional apenas na Ride DF (0,92% a.a. na década), na RM de Goiânia (0,46% a.a.) e entre algumas RMs com as menores proporções de imigrantes no total de ocupados, como as de Salvador (variação de 1,01% a.a.) e Manaus (1,48% a.a.).

O grupo de pessoas ocupadas que realizavam deslocamentos para trabalho em outros municípios que não o de residência em 2010, no conjunto das RMs, reunia quase 5,5 milhões de pessoas (tabela 2). Um primeiro ponto a ser destacado é que as taxas de crescimento deste segmento populacional, em todas as RMs, são maiores que as observadas para o total da população ocupada (tabela 1), confirmando que o incremento da pendularidade como forma de acesso ao mercado de trabalho, observado na última década, foi generalizado nessas regiões; em quatro delas – Manaus, Salvador, Fortaleza e Ride DF –, mais que dobrou o número de pessoas que fazem este tipo de deslocamento.

10. Em 2010, a taxa de participação dos imigrantes de última etapa, em movimentos intermunicipais, no total da população ocupada no país foi de 15,9%.

11. Por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro têm um processo mais antigo de consolidação da metropolização, inclusive em termos da redistribuição intrarregional da população entre os seus diversos municípios. Nestes casos, mesmo que continuem a ser as principais áreas de atração populacional no país, o peso da população imigrante tende a ser menor na população total, dados os elevados estoques populacionais existentes nessas regiões.

TABELA 2  
**Número de ocupados que realizam movimento pendular para trabalho, proporção de imigrantes e taxa anual de crescimento segundo região metropolitana (2000 e 2010)**

Região metropolitana	Ocupados que realizam movimento pendular						
	Total		Proporção de imigrantes (%)		Taxa de crescimento (%)		
	2000	2010	2000	2010	Total	Imigrante	Não migrante
Manaus	3.277	13.010	35,5	27,6	14,78	11,92	16,06
Belém	81.051	136.051	45,5	26,5	5,32	-0,24	8,38
Fortaleza	75.941	153.060	38,0	21,8	7,26	1,49	9,66
Recife	247.197	402.367	29,2	19,9	4,99	1,03	6,20
Salvador	66.051	154.469	31,1	26,2	8,87	7,02	9,50
Belo Horizonte	348.441	552.333	40,3	25,3	4,71	-0,04	6,96
Rio de Janeiro	741.832	1.038.143	23,1	15,5	3,42	-0,62	4,31
São Paulo	1.044.859	1.693.966	35,0	22,9	4,95	0,57	6,64
Curitiba	186.509	337.746	46,0	26,3	6,12	0,35	9,35
Porto Alegre	320.776	474.066	29,8	22,4	3,98	1,04	4,97
Goiânia	109.007	204.665	55,7	34,2	6,50	1,45	10,61
Ride DF	122.008	307.617	64,1	31,2	9,69	2,08	16,11
<b>Total</b>	<b>3.346.948</b>	<b>5.467.493</b>	<b>34,6</b>	<b>22,7</b>	<b>5,03</b>	<b>0,71</b>	<b>6,65</b>

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Novamente, observa-se que o incremento foi mais acentuado entre os não migrantes, grupo que responde por mais de 90% da variação verificada na década nas RMs analisadas. Entretanto, há alguns aspectos relacionados ao desempenho dos imigrantes que merecem realce. O primeiro é que, na maioria das regiões, a taxa de crescimento dos imigrantes que realizam deslocamento pendular foi positiva, com destaque para Manaus, Salvador e, em menor intensidade, Ride DF. O segundo ponto relaciona-se com a participação dos imigrantes no total das pessoas que realizam deslocamento pendular: mesmo com a proporção sofrendo forte redução na década, a participação dos imigrantes neste tipo de deslocamento é bem superior à participação que eles têm no total dos ocupados, o que sugere que este contingente populacional tende a apresentar maior probabilidade de recorrer à pendularidade para obter trabalho.

Como verificado para o total dos ocupados, há, entre as regiões, diferenças quanto ao peso dos imigrantes no total das pessoas envolvidas em deslocamentos pendulares. Mas essas diferenças, que eram mais acentuadas em 2000, diminuíram expressivamente durante a década. A participação dos imigrantes é maior nas duas RMs em que há maior participação de ocupados imigrantes, ou seja, na Ride DF (64,1% em 2000 e 31,2% em 2010) e na RM de Goiânia (55,7% em 2000 e 34,2% em 2010). Além dessas, também se destacam Curitiba, com elevada participação em 2000 (46,0%), e Manaus em 2010 (27,6%), conforme tabela 2.

Para as primeiras, a motivação da pendularidade é a induzida pela dinâmica do arranjo urbano-regional, ou seja, a articulação das duas unidades em um único arranjo espacial (Moura, 2009). No caso de Curitiba, seria o resultado de uma forte periferização do polo e a concentração nele de atividades geradoras de trabalho.

No caso de Manaus, seria a presença forte de seu mercado de trabalho, atrativo a uma mão de obra que começa a ocupar as periferias extramunicipais e que surgiram fundamentalmente na última década – é o caso de uma aglomeração nova, com uma periferia pequena, em formação.

Ao transformar em taxas a relação entre os grupos que realizam deslocamento pendular e o conjunto de ocupados, ou seja, a participação dos primeiros em cada segmento populacional, observa-se que as taxas de pendularidade aumentaram em todas as RMs e que essas taxas, nos dois períodos, são maiores entre os imigrantes. Mas foi entre os não migrantes que houve maior incremento nas taxas, fato verificado na maioria das RMs (tabela 3). Ou seja, a condição de mobilidade torna-se expressiva também entre a população não migrante.

TABELA 3

**Taxa de pendularidade para trabalho segundo condição de migração e região metropolitana (2000 e 2010)**

Região metropolitana	Taxa de pendularidade da população ocupada (%)					
	2000			2010		
	Total	Imigrante	Não migrante	Total	Imigrante	Não migrante
Manaus	0,6	1,1	0,5	1,5	3,0	1,3
Belém	11,7	23,7	8,2	14,3	26,2	12,2
Fortaleza	7,0	14,2	5,3	9,7	17,3	8,5
Recife	22,4	36,0	19,4	27,1	41,0	24,9
Salvador	5,7	11,1	4,7	9,5	19,7	8,0
Belo Horizonte	19,7	33,4	15,4	22,7	36,2	20,1
Rio de Janeiro	17,6	30,0	15,7	19,5	31,0	18,2
São Paulo	14,5	25,4	11,8	17,9	30,4	15,9
Curitiba	15,5	25,7	11,6	20,1	29,4	18,0
Porto Alegre	20,0	28,7	17,7	23,4	32,5	21,6
Goiânia	14,0	24,0	9,2	17,9	26,4	15,2
Ride DF	10,4	21,4	5,4	17,0	24,0	14,3
<b>Total</b>	<b>14,9</b>	<b>25,3</b>	<b>12,2</b>	<b>18,0</b>	<b>28,7</b>	<b>16,1</b>

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Obs.: Considerou-se migrante toda a população que morava há menos de dez anos no município de residência.

As RMs com maior taxa de pendularidade entre os imigrantes são Recife (36,0% em 2000, subindo para 41,0% em 2010) e Belo Horizonte (33,4% para 36,2%). Manaus tem a menor taxa, ainda que em elevação (1,1% para 3,0%). Chama atenção, ainda, o fato de as taxas de pendularidade dos imigrantes em Goiânia e na Ride DF ficarem abaixo da taxa observada para o conjunto das RMs (25,3% em 2000 e 28,7% em 2010), distintamente do observado para a proporção de ocupados imigrantes que realizam pendular, conforme tabela 2; ou seja, embora os imigrantes constituam, nessas duas aglomerações, parcela expressiva das pessoas que se deslocam para outros municípios, dentre os próprios imigrantes dessas regiões, não mais que um quarto está envolvido com este tipo de mobilidade.

De modo geral, esse conjunto de indicadores leva ao questionamento da hipótese que associa a elevação da mobilidade pendular à população migrante, já que a migração não parece ter um peso na explicação do aumento da pendularidade no período, apesar da maior taxa de pendularidade do migrante. Salienta-se que o fenômeno da pendularidade vem ganhando maior amplitude entre os ocupados, passando a ser uma estratégia importante também para os não migrantes.

#### 4 ORIGEM MIGRATÓRIA, TIPOS DE FLUXOS PENDULARES E RELAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE ORIGEM

Nesta seção, a análise se restringirá aos dados do Censo Demográfico 2010, com o intuito de identificar alguns padrões relacionados à origem do imigrante – se da própria região metropolitana ou não –, aos tipos de fluxos pendulares e à relação que o imigrante intrarregional estabelece, no exercício de seu trabalho, com o município de origem.

Em 2010, a grande maioria dos ocupados é não migrante, vindo a compor 85,1% do total de ocupados nas RMs. Entre os ocupados imigrantes, 5% tinham origem intrarregional e 8,6%, origem não regional (tabela 4). O predomínio da origem não regional entre os imigrantes é observado em quase todas as RMs, mas percebe-se uma distribuição equilibrada nas RMs do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, esta última sendo a única em que os imigrantes intrarregionais superam, na população ocupada, os de fora da RM.

TABELA 4

**Distribuição percentual da população ocupada total e da que realiza deslocamento pendular e taxa de pendularidade segundo a condição de migração e região metropolitana (2010)**

Região metropolitana	População ocupada <sup>1</sup> (%)			Ocupados pendulares <sup>1</sup> (%)			Taxa de pendularidade			Total
	Não migrante	Imigrante		Não migrante	Imigrante		Não migrante	Imigrante		
		Intrarregional	Não regional		Intrarregional	Não regional		Intrarregional	Não regional	
Manaus	85,5	2,3	9,9	72,0	8,0	19,2	1,3	5,2	2,9	1,5
Belém	85,0	4,5	9,6	72,6	14,3	12,0	12,2	45,6	17,8	14,3
Fortaleza	87,4	3,5	8,4	77,4	13,0	8,7	8,5	35,8	10,0	9,7
Recife	86,3	6,5	6,4	79,4	12,9	6,7	24,9	54,1	28,5	27,1
Salvador	87,0	3,3	8,9	73,1	13,6	12,0	8,0	39,2	12,9	9,5
Belo Horizonte	83,6	6,8	8,6	73,9	16,3	8,7	20,1	54,4	23,1	22,7
Rio de Janeiro	89,8	4,2	5,1	83,8	11,0	4,2	18,2	50,9	16,3	19,5
São Paulo	85,9	4,9	7,8	76,2	14,9	7,7	15,9	54,6	17,5	17,9
Curitiba	81,5	5,7	11,5	72,9	14,5	11,3	18,0	51,3	19,7	20,1
Porto Alegre	83,5	7,5	8,0	77,1	14,5	7,6	21,6	45,0	22,2	23,4
Goiânia	76,1	5,5	16,4	64,8	16,4	17,4	15,2	53,4	18,9	17,9
Ride DF	75,7	5,2	16,2	63,5	15,1	16,0	14,3	49,1	16,8	17,0
<b>Total</b>	<b>85,1</b>	<b>5,0</b>	<b>8,6</b>	<b>76,2</b>	<b>14,0</b>	<b>8,4</b>	<b>16,1</b>	<b>50,3</b>	<b>17,6</b>	<b>18,0</b>

Fonte: IBGE (2010).

Nota: <sup>1</sup> Parcela dos ocupados não pode ser classificada segundo condição de migração, ou por terem sido ignorados na fase de crítica, ou por ausência de informação sobre o município de origem.

Situação inversa ocorre quando se verifica a origem daqueles ocupados imigrantes que realizam deslocamento pendular. No conjunto das RMs, os intrarregionais representam 14,0% do total dos deslocamentos, contra 8,4% dos oriundos de fora da região; a relação entre estas proporções equivale a afirmar que, para cada cem imigrantes pendulares, 63 são oriundos da própria RM. O peso maior dos intrarregionais é observado na maioria das RMs, com exceção de Manaus, Goiânia e Ride DF, sendo que as duas últimas têm uma distribuição quase equitativa.

Essa maior propensão do imigrante intrarregional recorrer à comutação para o trabalho fica mais evidente por meio da taxa de pendularidade, a qual indica que, com exceção de Manaus, entre 35% e 55% dos imigrantes intrarregionais que trabalham o fazem em município diferente daquele em que residem; para o conjunto das doze RMs, essa taxa é de 50%. As taxas referentes aos imigrantes de fora das RMs não se mostram expressivamente diferentes daquelas observadas para a população não migrante.

Constatou-se que a pendularidade vem adquirindo maior importância para o acesso ao trabalho nas regiões metropolitanas. Mas qual a direção desses fluxos? Em todas as RMs, o fluxo mais importante é aquele originado nos municípios periféricos em direção ao polo. Tal fluxo, quanto maior o seu peso, é representativo do processo de periferização da ocupação, com concentração da atividade econômica no município polo (tabela 5). Com exceção das RMs de Salvador (29,3%) e de Manaus (22,9%), todas as demais unidades têm nesse movimento mais de 50% dos ocupados. Chamam atenção a Ride DF (85,5%) e a RM de Goiânia (78,1%), pois, embora compondo um arranjo urbano-regional, são ainda as que mais representam um movimento que pode ser considerado o “padrão” das aglomerações singulares.

TABELA 5  
Distribuição percentual dos deslocamentos pendulares segundo o tipo de fluxo (2010)

Região metropolitana	Tipo de fluxo pendular					Total
	Periferia/polo	Periferia/periferia	Polo/periferia	Outra RM	Fora da RM	
Manaus	22,9	3,0	19,1	1,3	53,6	100,0
Belém	66,6	9,1	8,9	1,3	14,0	100,0
Fortaleza	58,2	17,9	13,1	1,4	9,4	100,0
Recife	63,2	19,9	9,8	0,6	6,5	100,0
Salvador	29,3	23,5	30,9	4,1	12,3	100,0
Belo Horizonte	62,4	21,3	11,7	0,8	3,8	100,0
Rio de Janeiro	61,4	29,1	4,7	0,9	4,0	100,0
São Paulo	50,9	35,5	8,6	0,5	4,5	100,0
Curitiba	66,0	13,2	15,4	1,1	4,4	100,0
Porto Alegre	52,0	36,8	6,2	0,5	4,5	100,0
Goiânia	78,1	2,8	8,1	3,2	7,8	100,0
Ride DF	85,5	4,2	4,3	2,1	3,9	100,0
<b>Total</b>	<b>58,5</b>	<b>26,3</b>	<b>9,1</b>	<b>1,0</b>	<b>5,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (2010).

Obs.: Esta tabela tem por base apenas os pendulares para “outro município” quando estes estavam identificados; em todas as RMs, o percentual de identificados é superior a 90%, com exceção da Ride DF (67,1%).

Relevantes, também, são as trocas entre municípios das próprias periferias, as quais representam 26,3% do total dos deslocamentos no conjunto das RMs. Em três delas – Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre –, este percentual é ainda maior, atingindo nesta última o maior valor (36,8%). Vale ressaltar que este tipo de fluxo aponta para uma dinâmica mais abrangente entre os municípios da periferia e sinaliza maior desconcentração de atividades no território da RM.

Outro tipo de fluxo importante é aquele que envolve o deslocamento de pessoas residentes nos polos das RMs em direção às suas periferias. Em cinco regiões – Manaus, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba –, esse tipo de fluxo representa mais de 10% do total dos deslocamentos, atingindo valor máximo em Salvador (30,9%) – neste caso, possivelmente, devido à atratividade do Polo Petroquímico de Camaçari.

Em relação aos dois fluxos que envolvem municípios periféricos (periferia/periferia e polo/periferia), cabe uma observação sobre sua importância na RM de São Paulo. Quanto ao primeiro deles, registrou-se que São Paulo é uma das regiões onde ocorre com maior peso no total dos deslocamentos, mas cabe agregar a informação de que essa RM concentra 42,5% de toda a mobilidade deste tipo registrada nas doze RMs em estudo. Os deslocamentos polo/periferia representam apenas 8,6% dos fluxos pendulares da RM de São Paulo, mas esta concentra 30% da mobilidade deste tipo, observada no conjunto das RMs.

Os dois outros tipos de fluxo – para outra RM e para fora da RM –, destacados na tabela 5, têm uma participação menor no conjunto das regiões metropolitanas, mas são significativos no sentido de indicar uma tendência a novas articulações espaciais que transbordam os territórios delimitados das RMs ou mesmo em escalas mais elevadas da rede urbana.

Em relação aos fluxos para outra região metropolitana, destacam-se a RM de Goiânia e a Ride DF, as quais também se sobressaem nos fluxos para fora da RM, o que pode estar relacionado à configuração do arranjo urbano-regional que articula estas duas aglomerações no Centro-Oeste brasileiro. Quanto aos fluxos para fora da região metropolitana, chama atenção que a sua relevância é maior nas RMs do Norte e Nordeste brasileiro, particularmente Manaus,<sup>12</sup> Belém e Salvador, nas quais este tipo representa mais de 10% do total de deslocamentos registrados em cada uma delas. Como mencionado, este fato pode significar uma amplitude de polarização maior que o território metropolitano, que tanto pode estar ligada a incongruências na delimitação da RM quanto ao raio de influência dessa polarização, particularmente no caso da RM de Salvador, onde pode estar representando a dinâmica existente no arranjo urbano-regional que configura com a aglomeração urbana de Feira de Santana.

---

12. Importante destacar que, em estudo recente do IBGE (2015), Manaus foi inserida no maior escalão da urbanização brasileira, mas foi classificada como um município isolado que não conforma uma aglomeração urbana.

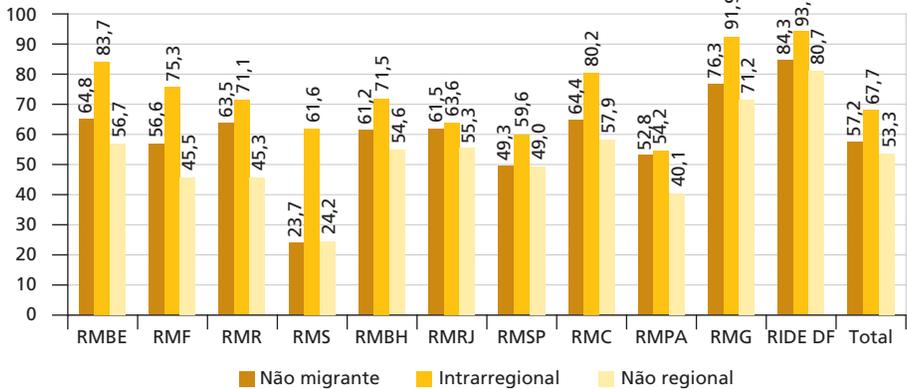
Quando se considera a condição de migração da população ocupada envolvida nos fluxos pendulares, é possível destacar algumas particularidades. Para as três categorias – não migrante, imigrante intrarregional e imigrante não regional –, o fluxo mais importante é aquele que envolve deslocamentos da periferia para o polo (gráfico 1), e em todas as RMs este tipo de fluxo é mais relevante para os imigrantes intrametropolitanos. E, com exceção das RMs de São Paulo e de Salvador, nas demais a menor participação deste tipo de fluxo é observada entre os imigrantes não regionais.

GRÁFICO 1

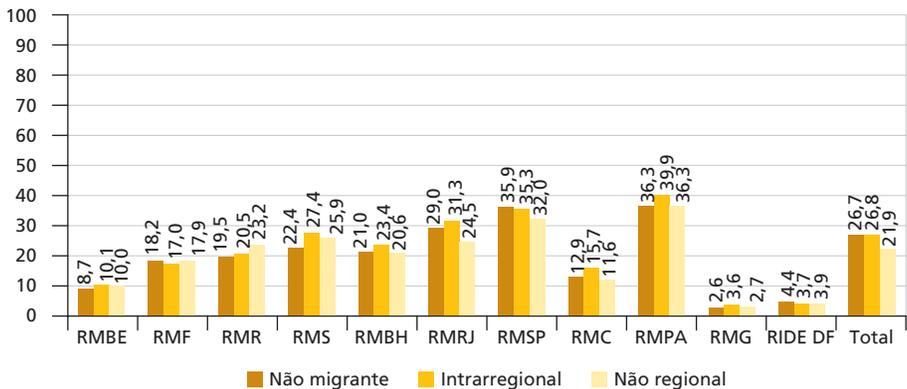
**Proporção dos tipos de fluxos no total dos deslocamentos pendulares das regiões metropolitanas segundo a condição de migração (2010)**

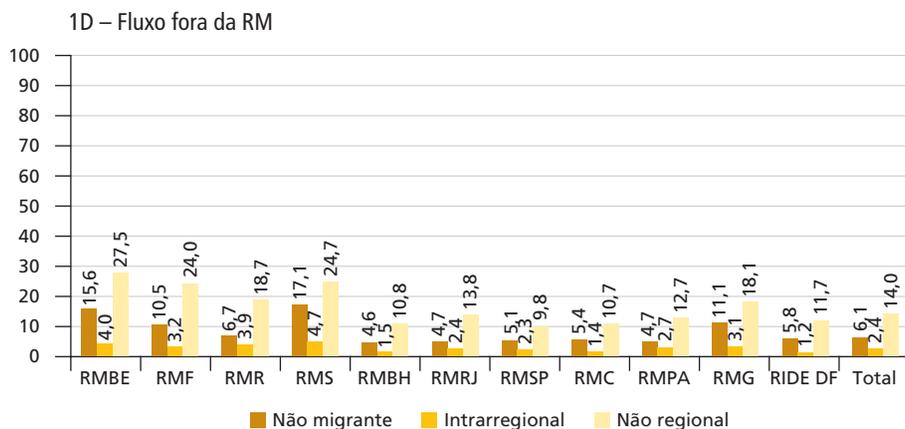
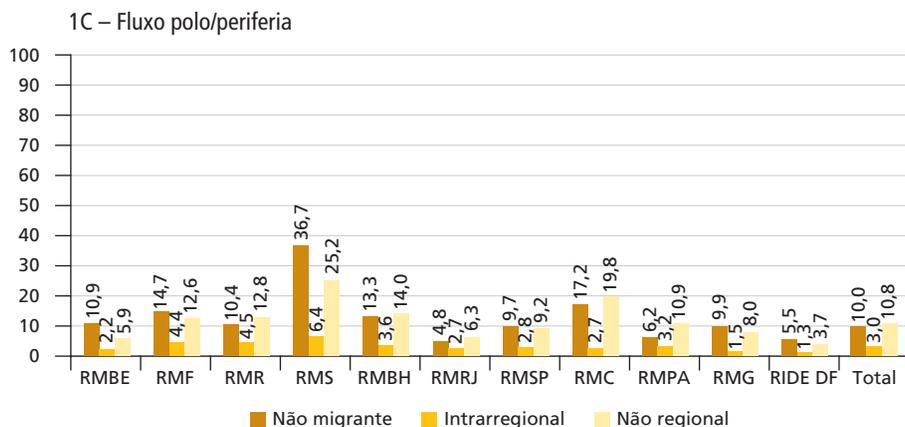
(Em %)

1A – Fluxo periferia/polo



1B – Fluxo periferia/periferia





Fonte: IBGE (2010).

Elaboração dos autores.

Obs.: Os dados de Manaus não foram representados na figura, pois as estimativas obtidas a partir dos microdados do censo demográfico, ao se considerar o tipo do fluxo e a condição de migração, são muito pequenas, sujeitas a erros amostrais expressivos. Pelo mesmo motivo, os fluxos "outra RM" foram agregados na categoria "fora da RM".

No fluxo periferia/periferia, praticamente não há distinção entre as três categorias de migração, independente do peso que este tipo apresenta em cada RM. Nos dois outros tipos de fluxo, a participação dos imigrantes intrarregionais é reduzida, enquanto a dos imigrantes não regionais predomina, em todas as RMs, no fluxo para fora da RM e praticamente se iguala à participação dos não migrantes no fluxo polo/periferia. Neste último tipo de fluxo, Salvador se destaca não apenas pelo peso (> 30%) que este tipo de fluxo tem no total dos deslocamentos regionais, mas também pelo predomínio dos não migrantes neste tipo de fluxo.

Por fim, busca-se identificar entre os imigrantes se o município de trabalho é o mesmo da origem da migração ou não. Adicionalmente, entre os que trabalham no mesmo município de origem, verifica-se o tipo de fluxo pendular que ele realiza.

Para os imigrantes intrarregionais, a grande maioria trabalha no mesmo município de origem, atingindo a proporção de 62,4% do total dos fluxos dessa condição migratória ao se considerar o conjunto de unidades (tabela 6). Observa-se que quanto mais consolidada a RM, menor é essa proporção, casos do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e São Paulo, que são as únicas unidades com menos de 60%. Nas RMs mais jovens, o percentual é bem elevado, tendo extremos como Goiânia (86%) e Manaus (81,5%). Como o censo demográfico informa apenas o município de origem, e não a condição de atividade do indivíduo quando lá residia, fica como hipótese, presente na literatura sobre mobilidade populacional, a possibilidade de que, nestes casos, o indivíduo morava e trabalhava no mesmo município, mas que, por motivos que se desconhecem,<sup>13</sup> teve que migrar sem perder o vínculo anterior de trabalho; isso parece estar se dando mais no caso da migração polo/periferia.

Do total dos imigrantes não regionais, 94,2% trabalha em outro município diferente do de origem, indicativo de que perderam o vínculo, pelo menos para trabalho, com sua região de origem. É muito provável que este imigrante não regional estivesse trabalhando em outro município da própria RM em que residia à época do censo. Manaus tem o menor percentual (61,3%), o que pode sugerir uma migração mais recente em busca de trabalho no aglomerado metropolitano. No total dos imigrantes (intrarregionais e não regionais), 41,6% trabalha no mesmo município de origem e 58,4%, em outro município.

TABELA 6

**Distribuição percentual dos imigrantes na década que realizam movimento pendular segundo a condição de migração e a relação entre municípios de origem e de trabalho (2010)**

Região metropolitana	Condição de migração e relação entre municípios de origem e de trabalho								
	Imigrante intrarregional			Imigrante não regional			Total		
	Trabalha no município de origem	Trabalha em município diferente do de origem	Total	Trabalha no município de origem	Trabalha em município diferente do de origem	Total	Trabalha no município de origem	Trabalha em município diferente do de origem	Total
Manaus	81,5	18,5	100,0	38,7	61,3	100,0	53,4	46,6	100,0
Belém	79,0	21,0	100,0	13,9	86,1	100,0	49,8	50,2	100,0
Fortaleza	77,6	22,4	100,0	13,1	86,9	100,0	52,4	47,6	100,0
Recife	58,2	41,8	100,0	8,7	91,3	100,0	41,6	58,4	100,0
Salvador	68,3	31,7	100,0	11,9	88,1	100,0	42,5	57,5	100,0

(Continua)

13. O censo demográfico não levanta o motivo da mudança, mas a hipótese mais forte é a de que na raiz dessas mudanças esteja a questão do acesso à terra/moradia, o qual é condicionado pelas condições de operação do mercado de terras urbanas, cuja valorização no município polo leva à busca de alternativas nas periferias metropolitanas. Mas há também, em menor escala, casos de famílias que se mudam para fora do polo em busca de lugares mais agradáveis para morar, neste caso com importante participação de segmentos de média e alta renda da população.

(Continuação)

Região metropolitana	Condição de migração e relação entre municípios de origem e de trabalho								
	Imigrante intrarregional			Imigrante não regional			Total		
	Trabalha no município de origem	Trabalha em município diferente do de origem	Total	Trabalha no município de origem	Trabalha em município diferente do de origem	Total	Trabalha no município de origem	Trabalha em município diferente do de origem	Total
Belo Horizonte	65,0	35,0	100,0	4,3	95,7	100,0	44,3	55,7	100,0
Rio de Janeiro	53,1	46,9	100,0	6,8	93,2	100,0	40,4	59,6	100,0
São Paulo	58,7	41,3	100,0	3,0	97,0	100,0	40,0	60,0	100,0
Curitiba	67,3	32,7	100,0	4,6	95,4	100,0	40,4	59,6	100,0
Porto Alegre	54,8	45,2	100,0	6,3	93,7	100,0	38,5	61,5	100,0
Goiânia	86,0	14,0	100,0	7,7	92,3	100,0	46,5	53,5	100,0
Ride DF	77,9	22,1	100,0	3,7	96,3	100,0	39,8	60,2	100,0
<b>Total</b>	<b>62,4</b>	<b>37,6</b>	<b>100,0</b>	<b>5,8</b>	<b>94,2</b>	<b>100,0</b>	<b>41,6</b>	<b>58,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (2010).

Os imigrantes que trabalham no mesmo município de origem realizam predominantemente movimento periferia/polo (75,7%), ou seja, são pessoas que deixaram o polo e foram morar em algum município periférico, mas continuam trabalhando no polo (tabela 7). Neste caso, a Ride DF e a RM de Goiânia apresentam os maiores percentuais, respectivamente, 92,8% e 89,1%. O movimento periferia/periferia é realizado por apenas 16,6% dos migrantes que trabalham no mesmo município onde residiam. Comportamento atípico é registrado em Manaus, com apenas 41,3% dos imigrantes que trabalhavam no mesmo município em que residiam anteriormente fazendo o movimento periferia/polo e 46,7%, o movimento para fora da RM.

**TABELA 7**  
**Distribuição percentual dos imigrantes da década que realizam movimento pendular segundo a relação entre municípios de origem e de trabalho e o tipo de fluxo pendular (2010)**

Região metropolitana	Relação entre municípios de origem e de trabalho e tipo de fluxo pendular											
	Trabalha no município de origem						Trabalha em município diferente do de origem					
	Periferia/polo	Periferia/periferia	Polo/periferia	Outra RM	Fora da RM	Total	Periferia/polo	Periferia/periferia	Polo/periferia	Outra RM	Fora da RM	Total
Manaus	41,3	0,0	11,0	1,0	46,7	100,0	14,4	2,2	17,9	4,1	61,4	100,0
Belém	81,3	4,5	1,7	0,8	11,7	100,0	62,1	15,6	6,0	1,0	15,3	100,0
Fortaleza	79,8	7,4	3,0	1,8	7,9	100,0	45,6	28,6	12,8	1,7	11,3	100,0
Recife	76,0	13,1	3,8	1,7	5,4	100,0	52,7	27,4	9,8	1,1	9,0	100,0
Salvador	72,9	9,8	4,5	3,0	9,8	100,0	23,0	39,6	23,0	3,0	11,4	100,0
Belo Horizonte	81,2	12,8	2,7	0,7	2,7	100,0	53,3	30,3	10,7	1,1	4,6	100,0
Rio de Janeiro	64,8	27,5	3,1	1,3	3,3	100,0	59,0	30,8	4,1	1,0	5,1	100,0
São Paulo	72,5	22,4	2,6	0,5	2,0	100,0	44,7	42,5	6,6	0,6	5,7	100,0
Curitiba	85,0	8,0	2,1	1,0	3,8	100,0	60,8	18,0	15,4	1,2	4,6	100,0
Porto Alegre	60,0	32,2	2,4	0,8	4,7	100,0	42,9	42,8	8,0	0,6	5,7	100,0
Goiânia	89,1	1,3	1,3	1,6	6,7	100,0	74,8	4,8	7,8	3,6	9,0	100,0
Ride DF	92,8	1,4	1,1	1,3	3,4	100,0	83,8	6,1	3,5	2,8	3,8	100,0
<b>Total</b>	<b>75,7</b>	<b>16,6</b>	<b>2,6</b>	<b>1,0</b>	<b>4,1</b>	<b>100,0</b>	<b>52,7</b>	<b>31,5</b>	<b>8,3</b>	<b>1,2</b>	<b>6,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (2010).

Os imigrantes que trabalham em município distinto do que residiam apresentam menor concentração: 52,7% se deslocam da periferia para o polo e 31,5%, entre municípios da periferia. A RM de Salvador se sobressai com migrantes nessa condição realizando o movimento polo/periferia e a de Manaus se destaca com 61,4% desses se movimentando para fora da RM.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se identificar possíveis relações entre os processos de imigração e de expansão da mobilidade para trabalho nas principais regiões metropolitanas do país. Ressalta-se que, entre as mudanças que marcaram os processos migratórios nas últimas décadas, segundo a literatura, verificou-se certo arrefecimento relativo dos fluxos em direção a essas aglomerações, embora elas não tenham perdido sua condição de principais áreas receptoras de população.

Ao se considerar a participação dos imigrantes nos mercados de trabalho dessas RMs, observou-se que o seu número sofreu pequena redução na última década, mas o seu peso relativo no conjunto da força de trabalho diminuiu mais acentuadamente, provavelmente devido à dinâmica do mercado de trabalho, que permitiu não apenas a incorporação dos imigrantes, mas mais intensamente de segmentos residentes antes excluídos desse mercado, muito provavelmente ligados à mão de obra feminina. Mesmo com este arrefecimento dos fluxos migratórios, não se pode olvidar que se trata de um processo que envolveu, na década, mais de 4 milhões de pessoas, inserindo-se na condição de ocupados.

Quando se avalia a participação dos imigrantes apenas naquele segmento da população ocupada que necessita deslocar-se para outros municípios para trabalhar – deslocamentos pendulares –, o resultado foi similar ao constatado para todo o mercado de trabalho: pequeno incremento no número de imigrantes que realizam este tipo de deslocamento e perda acentuada no peso relativo desta categoria no conjunto dos ocupados pendulares. Mais de 90% do incremento do número de pessoas se deslocando para trabalho deveu-se ao aumento verificado entre os não migrantes – pessoas que residiam há dez anos ou mais nos municípios em que foram recenseadas.

Esses resultados levam a que se relativize o peso da migração na explicação da dinâmica recente dos mercados de trabalho metropolitanos, inclusive a hipótese que relaciona o aumento da mobilidade pendular aos processos de migração intrametropolitana. Esta constatação não dispensa, porém, algumas qualificações.

Inicialmente, como referido, os processos migratórios, intrametropolitanos ou não, ainda envolvem contingentes expressivos de pessoas em busca de ocupação. Em maior ou menor grau, em todas as RMs, com exceção de Recife, o número de

imigrantes não regionais que participa do mercado de trabalho supera os intrarregionais, o que denota a capacidade de atração dessas aglomerações.

A história migratória das pessoas parece associar-se a alguns padrões identificados de mobilidade pendular. Os imigrantes apresentam taxa de pendularidade maior que a dos não migrantes, porém este é um resultado influenciado principalmente pelo comportamento dos imigrantes intrametropolitanos; como visto, metade deste contingente que mudou de residência no interior de suas metrópoles trabalha em outro município que não o de residência.

Em que pese o predomínio, em quase todas as RMs, da mobilidade que parte da periferia para o polo para todos os ocupados, as distintas trajetórias migratórias parecem marcar o tipo de fluxo pendular a que estão sujeitos os trabalhadores. Os imigrantes intrarregionais estão relacionados basicamente aos movimentos da periferia para o polo metropolitano e quase dois terços deles trabalham no município de que eram oriundos, vivenciando a típica dissociação, destacada na literatura, entre os locais de moradia e de trabalho.

Os imigrantes não regionais, além de apresentarem uma taxa de pendularidade mais próxima à dos não migrantes, compartilham com estes uma participação maior nos fluxos para fora da RM ou naqueles que partem dos polos para as periferias. Vindos de outras partes do país que não da região em que atualmente residem, esses imigrantes parecem ter perdido o vínculo ocupacional com sua região de origem, pois apenas 5% informaram trabalhar no município de que eram oriundos.

As dinâmicas percebidas sugerem que a expansão física das aglomerações metropolitanas, pelo contínuo processo de valorização/desvalorização de determinadas áreas da cidade, induz movimentos migratórios intrarregionais, mantendo a dissociação moradia/trabalho, o que leva, em alguns casos, à imposição da pendularidade e, em outros, à ampliação da distância percorrida. Observa-se que esses movimentos tanto são motivados pelo valor da moradia quanto pela busca de melhores condições de *habitat*. Somam-se a esses os novos imigrantes não metropolitanos, que, pelos dados analisados, já buscam os municípios das periferias, sem passarem pela etapa inicial de residir nos polos, como se constatava no início do processo de periferização das aglomerações brasileiras.

Ao mesmo tempo que se constata forte relação entre imigrante e pendularidade também se observa um crescimento expressivo dos não migrantes nesses movimentos. A se considerar a inflexão pela qual passam os movimentos migratórios, essas duas categorias poderão, a médio prazo, aproximar suas taxas de pendularidade.

## REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. **Metápolis ou l'avenir dès villes**. Paris: Editora Odile Jacob, 1995.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XX, n. 39, p. 77-100, jul./dez., 2012.
- BAENINGER, R. A.; PERES, R. G. Metrôpoles brasileiras no século 21: evidências do Censo Demográfico de 2010. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 634-648, 2011.
- BRITO, D. J. M.; RAMALHO, H. M. B. **Mobilidade pendular e histórico de migração**: evidências para a Região Metropolitana do Recife. *In*: ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ECONOMIA, 3., 2013, Recife, Pernambuco. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/nIDRxg>>.
- BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/cjX7Ep>>.
- BRITO, F.; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI**: mudança no padrão migratório? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012. (Texto para Discussão, n. 465). Disponível em: <<http://goo.gl/eZFEV5>>.
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba, Paraná. **Anais...** Curitiba: Iparde; Funap: 1998.
- CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XX, n. 39, p. 29-50, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/wODVfA>>.
- CUNHA, J. M. P. *et al.* A mobilidade pendular na macrometrópole paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 433-459, dez. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/QCqsWn>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Arranjos Populacionais e Concentração Urbana do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/u2cN8K>>.

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. U.; ANGELIS, T. Migração de data fixa nas mesorregiões geográficas do Paraná: 1995-2000 e 2005-2010. *In*: MAGALHÃES, M. V.; LOU, I. A. C. (Orgs.). **Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação selecionadas**: mudanças e continuidades. Salvador: SEI, 2014, p. 173-197. (Série Estudos e Pesquisas, n. 98).

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/Q7ypgG>>.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/U2QM8R>>.

MOURA, R.; DELGADO, P. R.; COSTA, M. A. Movimento pendular e políticas públicas: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. *In*: BOUERI, R.; COSTA, M. C. (Eds.). **Brasil em desenvolvimento 2013**: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: Ipea, 2013. v. 3, p. 665-696. Disponível em: <<http://goo.gl/cZsW1c>>.

RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: críticas e sugestões para análise. *In*: SEMINÁRIO “LOS CENSOS DE 2010 Y LA MIGRACIÓN INTERNA, INTERNACIONAL Y OTRAS FORMAS DE MOVILIDAD TERRITORIAL”, 2008, Santiago de Chile. Santiago de Chile: Celade; CEA/Cepal; UNFPA, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/igKvjg>>.

RIGOTTI, J. I. R. A questão migratória no Brasil recente. *In*: LOU, I. A. C.; MAGALHAES, M. V. (Orgs.). **Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação selecionadas**: mudanças e continuidades. Salvador: SEI, 2014, p. 11-18. (Série Estudos e Pesquisas, n. 98).

RODRÍGUEZ, J.; GONZÁLEZ, D.; MARTÍNEZ, J. Población, territorio y desarrollo sostenible. Santiago de Chile: Cepal; Celade, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/6HQVwI>>.

RODRÍGUEZ VIGNOLI, J. Intensidad e impacto redistributivo territorial de la migración interna en América Latina: tendencia y desafíos. **Coyuntura demográfica**, n. 3, p. 85-89, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Hda4zd>>.

SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M. Cidades-regiões globais. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 41, p. 11-25, 2001.

SOJA, E. W. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

TAVARES, E.; RODRIGUES, J. Algumas dimensões da mobilidade espacial no território metropolitano. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/58/1/anais>>.

